



**As ferramentas de extensão rural empregadas na estruturação das OCS
(Organização de Controle Social) no município de Linhares**
*The rural extension tools used in the SCO (Social Cultural Organizations) in Linhares
city*

DUARTE, Daniel do Nascimento¹, ROSSI, Ícaro Pretti², SILVA, Alessandra Maria da³
^{1,2,3} Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
E-mail: danielduarte65@yahoo.com.br¹; icaroprettirossi@gmail.com², alessandravet92@gmail.com³

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: Em 2020 o Escritório do Incaper - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, do município de Linhares aprovou o projeto, junto a FAPES - Fundação de Amparo Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. “Estruturação de OCS no norte do Espírito Santo e avaliação dos impactos econômicos e sociais na vida dos agricultores familiares”. Foi realizado um conjunto de atividade com intuito de chegar a construção de uma Organização de Controle Social (OCS). Este artigo é um recorte de uma das atividades, o DRP – Diagnóstico Rural Participativo, que permitiu as famílias rurais envolvidas, maior interação e a percepção da produção e comercialização dos produtos orgânicos de cada unidade produtiva.

Palavras-chave: agroecologia; certificação orgânica; DRP (diagnóstico rural participativo)

Contexto

Em 2020 o Escritório do Incaper - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do município de Linhares, Espírito Santo aprovou o projeto “Estruturação de OCS no norte do Espírito Santo e avaliação dos impactos econômicos e sociais na vida dos agricultores familiares”, fomentados pela Fundação de Amparo Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES. O projeto foi coordenado pelo Incaper, mas com uma ampla parceria, principalmente com a Rede Bem Viver ligada ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria de Assistência Social. Um dos objetivos do projeto foi implementar pelo menos uma Organização de Controle Social (OCS) no município e, paralelamente, construir espaços de comercialização que respondessem os produtos qualificados como orgânicos pelas OCS.

Durante o projeto, foi desenvolvido um conjunto de atividade: intercâmbios do conhecimento para diversos municípios, cursos no formato de oficina sobre OCS, articulação política com a câmara de vereadores, Diagnóstico Rural Participativo (DRP), encontros com debate sobre comercialização de produtos orgânicos. Como um dos resultados deste conjunto de ações, conseguiu-se estruturar uma OCS, a Bio Jacutinga, registrada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e



Abastecimento (MAPA). E já com a documentação em fase de elaboração até a data deste artigo, a OCS Lagoa Terra Altinha.

Este artigo tem como proposta discutir uma das metodologias empregadas pela extensão rural, o DRP, que contribui para amadurecer, fundamentar as famílias rurais e estruturar as OCS.

Descrição da experiência

No Brasil existem três formas de garantir que os produtos sejam reconhecidos como de qualidade orgânica: a Certificação, feita por certificadoras credenciadas; os Sistemas Participativos de Garantia, denominados SPG, e o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação, chamadas de OCS (MAPA, 2008). Os dois últimos mecanismos se caracterizam por serem sistemas participativos, garantem a presença dos grupos interessados, sejam agricultores, consumidores, instituições de apoio entre outros. A Certificação e o SPG formam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg e são realizados por Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica, (MAPA, 2008). Nesses dois sistemas, as unidades de produção recebem um selo de certificação "Brasil Orgânico" (MOREIRA, 2016). As Organizações de Controle Sociais, denominadas OCS, foram regulamentadas pelo Decreto 6.323/07. Segundo este, as OCS são:

[...]grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade (BRASIL, 2007, Capítulo I, Art 2º).

As OCS têm como características a participação dos agricultores familiares (organizados em grupos formais ou não), consumidores, técnicos das instituições de apoio, com objetivo de fazer vendas diretas, sejam em feiras, cestas, programas governamentais. Para haver o controle social é fundamental a participação ativa das pessoas interessadas, a confiança e a credibilidade. Os agricultores terão que garantir a rastreabilidade dos produtos e o livre acesso dos órgãos de fiscalização e dos consumidores nos locais de produção e processamento (BRASIL, 2007).

Conforme o Decreto 6.323/07 as OCS não terão um selo de certificação, mas há necessidade de se credenciar junto ao MAPA ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado (BRASIL, 2007).

As OCS se baseiam em dois pilares: um deles é o controle social, que é realizado pelos grupos interessados envolvendo agricultores, consumidores, etc. "Deve contar com procedimentos e processos de avaliação da conformidade com as normas técnicas da produção orgânica. Esses procedimentos serão realizados com a participação direta dos seus membros em ações coletivas ou individuais" (MOREIRA, 2016, página dez). O segundo pilar é a Responsabilidade Solidária, todos os membros do grupo participantes se comprometem com o cumprimento das



exigências e se responsabilizam de forma solidária no caso do não cumprimento das normas de produção orgânica (MOREIRA, 2016).

No processo de formação das OCS foram realizadas 8 oficinas de formação nas comunidades do Córrego Jacutinga, Distrito de Farias e no Assentamento Sezínio Fernando de Jesus, no distrito de São Rafael no município de Linhares/ES. Paralelamente e complementando a formação eram realizados os Diagnósticos Rurais Participativo (DRP), num total de 19 eventos em 19 propriedades, sendo nove no Córrego Jacutinga e dez no Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, durante o período de novembro de 2021 a abril de 2022.

O DRP, além dos objetivos de impulsionar a auto análise (da propriedade), e auto determinação dos grupos (VERDEJO, 2000), tem o papel de orientar o redesenho da propriedade dentro da perspectiva agroecológica, contribuindo no processo de transição e nas definições das áreas, tempo e obstáculos para o processo de conversão orgânico. O outro papel do DRP é apontar mecanismos de comercialização a partir do redesenho das propriedades. Foram usadas 4 ferramentas, por propriedade: caminhada transversal, matriz de FOFA (Fortaleza, Oportunidade, Fraquezas e Ameaças), mapa presente e mapa futuro. Após a conclusão dos DRPs, os trabalhos de cada propriedade foram apresentados, pela família, aos participantes nas oficinas de formação de OCS. Naquele instante, as famílias passavam a conhecer a proposta agroecologia de cada unidade produtiva, ter noção do conjunto da produção em conversão, permitindo definir estratégias para os caminhos da comercialização orgânica.

Resultados

Como resultado maior do conjunto de ações desenvolvidas, tanto das oficinas como da aplicação dos DRPs está a formação e legalização da OCS Bio Jacutinga, situada no Córrego Jacutinga, e a formação da OCS Lagoa Terra Altinha, situada no assentamento Sezínio Fernandes de Jesus. Esta última não concluiu sua legalização até a conclusão deste artigo, em função de documentos pendentes.

A primeira abordagem a ser feita sobre as observações percebidas no DPR devem ser distinguidas por grupo. As famílias pertencentes à comunidade de Córrego Jacutinga possuem laços de parentesco e de proximidade. Todas as propriedades visitadas se localizam umas perto das outras a ponto de ser possível ir a pé de uma propriedade à mais longe. Pelo menos 4 famílias têm histórico de fazer feiras e, na pandemia de Covid-19, passaram para as entregas de cestas em domicílio. Neste sentido, se observou uma influência destas 4 famílias na orientação para definição de estratégias para comercialização orgânica via circuitos curtos, feiras e mercado institucional.

Outra constatação verificada é que das nove famílias, sete participaram do programa de Compra Direta da Agricultura Familiar (CDA). Este programa é coordenado pelo governo estadual do Espírito Santo em parceria com as secretarias municipais de



assistência social. O CDA tem como objetivo que adquirir produtos da agricultura familiar para atender às famílias em vulnerabilidade social,

Na aplicação do DRP, das nove famílias, em apenas duas, as mulheres não estiveram presentes, e em uma propriedade, apenas a mulher estava presente. Nas oficinas de formação de OCS observou-se a forte presença das mulheres no grupo, conduzindo os trabalhos e defendendo o processo agroecológico.

As culturas de *commodities* estão presentes em todas as propriedades, especialmente o café, a pimenta-do-reino e o cacau. Mas, também há uma diversidade de outros produtos nas propriedades. Levantamento realizado na oficina de comercialização, na comunidade, em 30 de julho de 2022, apontaram 55 produtos distintos *in natura* e processados. Esse volume e diversidade de produtos está diretamente ligado às características de feirantes das famílias, mas também da inserção destas famílias no CDA como já mencionado. É importante mencionar que essa característica das famílias do Córrego Jacutinga facilitou a definição das áreas que comporiam a OCS, bem como as barreiras físicas (capim, cana) para isolar tais áreas das demais, definidas como não orgânicas, mas em processo de transição agroecológica.

Um elemento importante, catalizador da agroecologia na comunidade, foi a presença do MPA no início dos anos 2000. Este movimento traz na sua orientação, um forte apelo a organização para comercialização nos circuitos curtos, na diversidade produtiva dentro do viés agroecológico. Embora o MPA tenha diminuído sua participação na localidade, os princípios ficaram enraizados na comunidade. Outro fator que é importante mencionar é que todas as famílias relacionaram a falta de mão de obra como um dos obstáculos para o processo produtivo e isso tem implicação na dificuldade de implementar mecanismos de comercialização direta, como as feiras, que exigem muita mão de obra familiar.

O outro grupo trabalhado é pertencente ao Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus. Este foi criado em 2008, numa área de aproximadamente 2000 ha. Conforme informações de Proater 2020 - 2023 (INCAPER, 2020), atualmente conta com 100 famílias assentadas e mais 40 agregadas. Deste 2008 o Incaper tem atuado na localidade, com diversas atividades, inclusive aquelas com forte apelo agroecológico. Foram realizadas viagens de intercâmbios para conhecer diversas experiências de produção orgânica tanto no Espírito Santo, quanto em Minas Gerais e Bahia. Apesar

do conjunto de atividade deste cunho na comunidade, embora haja diversas experiências locais, não se conseguiu desenvolver uma proposta com mais densidade agroecológica. Com relação à densidade agroecológica, estamos nos referindo à organização, produção, transformação e comercialização. Embora a conquista pela terra tenha exigido uma forte organização social, quando as estruturas de moradia, produção, irrigação e crédito agrícola foram sendo conquistadas, a organizações sociais foram se enfraquecendo. Estas observações



são oriundas das vivências e leitura dos técnicos do escritório local do Incaper ao longo das intervenções da extensão no assentamento.

Pelo DRP verificou-se que somente duas famílias possuem laços de parentesco, as demais originalmente são de municípios distintos (foram identificados Aracruz, Vila Valério, São Mateus, Nova Venécia, São Gabriel da Palha), que se reuniram para a luta pela terra. Além desse aspecto, as propriedades estão situadas a distância maiores do que aquelas observadas no Córrego Jacutinga. Algumas famílias tentaram fazer feiras, mas não foram bem sucedidas. Os produtos de destaque nas propriedades são o café, pimenta e, em menor proporção, cacau. Em todas as propriedades há animais, como suínos, aves e duas com gado bovino. Embora as famílias tenham experiências de entregas de produtos nos programas institucionais, no ano de 2021/2022 não houve interesse por parte de nenhuma delas em se envolver nestes processos de comercialização. Assim como no Córrego Jacutinga, o argumento da falta de mão de obra é uma constante. E isso implica no modelo de produção adotadas pelas famílias, inclusive na dificuldade de implementar mecanismos de comercialização em circuitos curtos. Além disso, observa-se que o modelo de produção fortemente atrelado ao café e à pimenta-do-reino dificultou as definições de área para as OCS, bem como a própria estruturação da OCS.

O debate e a legalização da OCS Lagoa Terra Altinha foram morosa e cheia de percalços. Até o final deste artigo ela ainda não tinha sido legalizada junto ao MAPA. Embora as famílias do assentamento tenham provocado e desejado a formação da OCS há muitas indefinições, que implicam na dúvida sobre a necessidade ou não da OCS. Estas dúvidas estão ancoradas na forte presença das *commodities* no sistema produtivo das famílias, pouca diversificação, experiências frustradas com as feiras, pouco desejo de participar dos programas e políticas de comercialização, fragilidade organizacional, pouca participação das mulheres.

Considerações Finais

Observou-se dois grupos distintos na constituição das OCS. As ferramentas de DPR permitiram aprofundar e qualificar o debater sobre as áreas implicadas no processo de produção orgânica bem como no mecanismo de comercialização, principalmente a direta.

O DRP contribuiu para perceber que a mão de obra tem implicação nas escolhas que as famílias fazem sobre os canais de comercialização, mas não somente. A menor ou maior presença das *commodities* também implica nestes canais. Foi observado, que as mulheres, atuando ativamente são fundamentais para alavancar a discussão agroecológica e fazer valer a organização local e a opção pelo canal de comercialização.

O DRP enquanto metodologia participativa contribui para que as famílias percebessem suas potencialidades e fragilidades na unidade produtiva e como isso implica na construção da OCS. Como resultado desta atividade as próprias famílias



realizaram o pós DRP, apresentaram em plenária, para cada membro da organização, as propriedades. Na plenária debateram os dificuldades percebidas, seguindo daí um planejamento comunitário com foco na estruturação da OCS e na comercialização.

Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES, edital Portaria nº 002-R/2020 – Banco de Projeto de Pesquisa da SEAG; Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural; OCS Bio Jacutinga; Associação Camponesa da Agricultura Familiar do Córrego Jacutinga – ACJ; MPA – Movimento dos Pequenos agricultores; Rede Bem Viver de Agroecologia; aos colegas do Incaper de Linhares, Nova Venécia, Aracruz, Jaguaré.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.323**, de 27 de Dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/decreto-no-06-323-de-27-de-dezembro-de-2007.pdf/view>, Acesso: 28 fev. 2023.

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Proater 2020 – 2023**. Linhares, 2020. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Linhares.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Produtos orgânicos : sistemas participativos de garantia / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2008. 45 p. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-s-organicos/sistema_participativo.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

MOREIRA, Rodrigo Machado et al. **Organização de controle social**: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros. IFSULDEMINAS: Pouso Alegre, MG, 2016. 21 p. (Caderno PROAPO, n.2).

VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Revisão e adaptação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/SAF, 2006. 61 p.